

Lei 44



CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE FORTALEZA

Trabalhando junto com o povo



## DEPARTAMENTO LEGISLATIVO



Lei: 000441948

Projeto: 00301948

Autor: EDIVAL DE MELO

Assunto: SAUDE



PROJETO DE LEI N° 30 e 31

DATA 17 / 06 / 98

DIGITALIZADO

EM: 19 / 06 / 98  
Roberta Stock  
FUNCIONÁRIO

ASSUNTO: Dispõe sobre a criação de Postos  
Médicos no município de Fortaleza.

VEREADOR Edival Tavares, Iacó Brígido Garcia e  
monzel Leite.

LEI N° 44 DE 16 / 09 / 98

DIOM N° 4363 DE 17 / 09 / 98

ARQUIVO \_\_\_\_\_

# Câmara Municipal de Fortaleza

OF. N°.

Fortaleza,

LEI N°44, DE 16 DE SETEMBRO DE 1948



Cria seis (6) Postos Médicos  
e dá outras providências.

EU, ALISIO BORGES MAMEDE, NO EXERCICIO DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, faço saber aos que a presente / virem que a mesma Câmara decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam criados seis (6) Postos Médicos no Município de Fortaleza, a serem instalados dentro de noventa (90) dias contados da promulgação da presente lei, obedecendo, quanto possível, o sistema estelar, de modo a servir às mais densas cidades da população.

§ 1º - Os postos de que trata o presente artigo deverão ser localizados de maneira a abranger em seu círculo de atuação as populações de Mucuripe, Antônio Bezerra, Messejana, Parangaba, Campo de Aviação e Arraial Moura Brasil.

§ 2º - Os postos terão respectivamente as denominações de Bruno Valente, Eduardo Salgado, Antônio Justa, Vale Costa, José Pestana e Mário Mamede.

Art. 2º - A Prefeitura Municipal de Fortaleza, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, fica autorizada a promover convênios ou outra qualquer modalidade de acordo com os atuais órgãos, oficiais e particulares, de amparo à saúde em todos os seus aspectos, afim de obter a sua cooperação destinada a realizar medicina preventiva e / curativa dentro do Município de Fortaleza.

Art. 3º - A Secretaria de Saúde e Assistência Social elaborará o regulamento dos mencionados postos médicos de modo a entrar em vigor na data da inauguração do primeiro posto a



# Câmara Municipal de Fortaleza

2

OF. Nº.

Fortaleza,

- 2 -

*Fábio V. O/I*

ser instalado, tendo em vista os seguintes pontos fundamentais:

- a) - Os serviços prestados pelos postos médicos serão absolutamente gratuitos e não poderão ser recusados a quem quer que seja.
- b) - Os médicos darão nos dias úteis, obrigatoriamente, um expediente de três (3) horas e atenderão na ordem de chegada, salvo os casos que a seu critério sejam julgados de urgência.

Art. 4º - O Prefeito Municipal atribuirá a um médico sanitarista dos serviços federal, estadual ou municipal o encargo de, em colaboração com a Secretaria de Saúde e Assistência Social instalar, organizar e superintender os postos médicos durante seis (6) meses, mediante pagamento mensal, a título de serviço técnico nunca superior a três mil cruzeiros (Cr\$3.000,00).

Art. 5º - Ficam criados no Quadro Único do Pessoal Fixo Municipal seis (6) lugares de Médico, Padrão "Q" e seis (6) lugares de Enfermeiro, referência "F".

§ Único - O Prefeito Municipal, por intermédio da Secretaria de Saúde e Assistência Social, lotará nos Postos Médicos o pessoal extra-numerário julgado indispensável.

Art. 6º - As despesas decorrentes da criação dos cargos previstos no artigo anterior correrão por conta do Título V - 4 Saúde Pública - 8.43.0 - Pessoal Fixo, a qual será oportunamente suplementada.

Art. 7º - As despesas com instalação dos postos médicos de que trata esta lei correrão por conta do crédito especial de Cr\$160.000,00 aberto pela lei nº 11, de 30 de



# Câmara Municipal de Fortaleza

3

OF. Nº.

Fortaleza,

- 3 -

*F. Borges*

abril de 1948.

Art. 8º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 16 de Setembro de 1948

*Almeida*

Alísio Borges Almeida, no exercício da Presidência.



Câmara Municipal de Fortaleza 15

Ofl. n.<sup>o</sup>

## Fortaleza.

PROJETO DE LEI N°. 30

CRIA POSTOS MÉDICOS NOS DISTRITOS DE  
MESSEJANA, PAUANGABA, MONDUBIM E ANTÔNIO /  
BEZERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA:

art. 1º.- Ficam criados quatro (4) postos médicos no município de Fortaleza, a serem localizados nos distritos de MESSEJANA, PARANGABA, MONDUBIM e ANTÔNIO BEZERRA e que terão respectivamente as seguintes denominações:-

"POSTO MÉDICO ANTÔNIO JUSTA"; "POSTO MÉDICO MOURA BRASIL"; /  
"POSTO MÉDICO METON DE ALENCAR" e "POSTO MÉDICO EDUARDO SAL-  
GADO".

art. 20.- Cada posto médico será destinado especialmente a atender aos habitantes do distrito, podendo, entretanto, prestar socorros de urgência a qualquer pessoa que por ventura recorra aos seus serviços.

art. 3º.- Cada posto médico será dirigido por um médico de livre nomeação do Chefe do Executivo municipal.

§ único- O médico será auxiliado por um enfermeiro, o qual será também nomeado pelo prefeito municipal.

art. 40.- os postos médicos funcionarão /  
diariamente de 8 às 11 horas e de 14 às 17 horas, ficando o  
médico sujeito a um expediente diário nunca inferior a três  
(3) horas.

§ único - o enfermeiro será obrigado a comparecer aos dois expedientes.

art. 5º.- Serão gratuitos os socorros, tratamento, bem assim o fornecimento de medicamentos às pessoas reconhecidamente pobres ou mesmo às que tenham vencimentos ou renda mensal inferior a cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros)

§ 5º As pessoas que percebam vencimentos ou renda superior a cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) sob qualquer forma, serão obrigadas a pagar os trabalhos médicos e medicamentos fornecidos, podendo fazê-lo em prestações mensais que não excederão de doze (12).

§ 2º - A renda proveniente do que dispõe o parágrafo anterior será recolhida aos cofres da Prefeitura / Municipal e não poderá ter outra aplicação que não a de compra de material e medicamentos destinados ~~nao~~ ao posto de origem da renda.

art. 6º. - Para atender ao disposto no art. 3º, ficam criados quatro (4) cargos de Médico, ~~Radrão~~ Q, bem assim quatro (4) cargos de enfermeiro. Referência 5.

art. 70.- O Serviço de Engenharia da Divisão de obras da Prefeitura apresentará, dentro de 15 dias, a planta com o respectivo orçamento para a construção dos quatro (4) postos médicos, a qual será idêntica para todos eles.

art. 80.- O Chefe do Executivo Municipal, solicitará à Câmara no tempo oportuno a abertura do crédito necessário à construção dos postos médicos, bem como do material e medicamentos destinados ao funcionamento de cada posto médico.

art. 9º.- Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir, desde já, ao orçamento vigente o crédito especial destinado ao pagamento do médico e enfermeiro, a partir do dia do inicio do funcionamento de referidas reuniões.

Cria 4 postos de assistencia medica.

Art. 1º - Ficam criados 4 ( quatro) postos de assistencia medica municipal de Fortaleza.

Art. 2º - Ficam criados no quadro unico do funcionalismo da Prefetura Municipal 4 ( quatro) lugares de Medico- aux e 4 (quatro) lugares de Enfermeiro -

§ Unico- O Prefeito lotará os postos de assistencia medica, os diaristas ou extranumerarios que julgar necessarios.

Art. 3º- Os postos de assistencia medica criados pela presente lei funcionarão a partir de 1º de Junho do corrente anno, ficando a cargo da Diretoria de Higiene e Assistencia a elaboração do regulamento, dentro de 30 ( trinta) dia da publicação desta lei.

Art. 4º- As despesas com o pessoal decorrente da presente lei correrão por conta do TITULO V - 4 Saude Publica- 8.43.0- Pessoal Fixo, a qual será oportunamente suplementada.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Sala das Sessões da Camara Municipal de Fortaleza, em \_\_\_\_\_ de 1948

Alcides Teixeira  
Câmara Municipal de Fortaleza

Impresso  
em 1/7/48  
AMAR

Manuscrito  
para autorizar  
o seu assinatura  
e o seu protocolo

Correto  
de 1948  
Fortaleza  
Câmara Municipal

30 e 31 :

Art. 1º - Ficam criados 4 postos médicos no município de Fortaleza a ser instalados dentro de trinta (30) dias da promulgação da presente lei, obedecendo o quanto possível ao sistema estelar de modo a servir as mais densas camadas da população.

§ Único - Os postos médicos de que trata o artigo anterior terão a denominação de "Frei Bernardino", "Isaac Amaral", "Elvira Pinho" e "Mário Mamede".

Art. 2º - A Diretoria de Higiene e Assistência elaborará o regulamento dos postos médicos, de modo a estar prontos na data de sua inauguração, tendo em vista que estes postos se destinarião, especialmente, a pequenos tratamentos, aplicações de injeções e remédios, diagnósticos e encaminhamento de doentes as clínicas especializadas das entidades de que trata o ~~art. 2º~~ parágrafo seguinte.

§ 1º - A Prefeitura Municipal fica autorizada a promover entendimentos com entidades de assistência médica e profilática, oficiais ou particulares, afim de obter sua cooperação para exames bacteriológicos, radiológicos e tratamento de doentes que por sua natureza não possam ser atendidos pelos postos médicos municipais.

§ 2º - Os serviços prestados pelos postos médicos serão absolutamente gratuitos e não podem ser recusados a quem quer que seja.

§ 3º - O médico dará, nos dias úteis, obrigatoriamente, um expediente diário de pelo menos três (3) horas e atenderá na ordem de chegada, salvo os casos que a seu critério sejam julgados de urgência.

Art. 3º - Ficam criados no Quadro Único do Funcionalismo Municipal quatro (4) lugares de Médico Padrão "Q" e quatro (4) lugares de Enfermeiro, referência "F".

Art. 4º - O Prefeito lotará nos postos médicos o pessoal julgado necessário.

Art. 5º - As despesas decorrentes da criação de cargos prevista no art. 3º correrão por conta do Título V - 4 - Saúde Pública - 8.43.0 - Pessoal Fixo, a qual será oportunamente suplementada.

Art. 6º - As despesas de instalação dos postos médicos correrão por conta do crédito de Cr.\$140.000,00 para este fim aberta pela lei municipal nº

Art. 7º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza, em 16 de junho de 1948.

Alvaro de Britto

Gulbenkian

J. Cândido - 22 tricôs

*✓*

EMENDAS AOS PROJETOS DE LEI NS. 30 e 31

*Ricardo*

Art. 1º - Ficam criados seis (6) postos de assistencia médica municipal de Fortaleza, os quais terão as seguintes localizações e denominações:

Messejana	- Posto Antonio Justa;
Parangaba	- João do Vale Costa;
Antonio Bezerra-Eduardo Salgado;	
Braga Torres	- Meton de Alencar;
Mucuripe	- Mario Mamede;
Campo de Aviação -(Alto da Balança)-José Pestana.	

Art. 2º - Ficam criados no quadro unico do funcionalismo da Prefeitura Municipal seis (6) lugares de Médico - padrão Q e seis (6) de enfermeiros padrão F.

Sala das Sessões da Camara Municipal de Fortaleza, em 7 de Julho de 1948

Manoel Aguiar

*Quintino  
Domingos  
Gonçalves  
Gonçalves  
Gonçalves  
Gonçalves  
Gonçalves  
Gonçalves*

*Manoel Aguiar*

*7/7/48*

18

*P. Fortaleza*

SUB - EMENDA N<sup>o</sup> 1

(a emenda n<sup>o</sup>. 1.)

Onde se lê: "Braga Torres - Neto de Alencar", diga-se:

"MARIO MAMEDE".

Onde se lê: "Mário Mamede, em Mucuripe, diga-se:

"BRUNO VALENTE".

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza, em  
8 de julho de 1948.

*JOSE BATISTA BARBOSA*

A imunidade  
Dámo Braga Torres  
securaria

Jugue 8/7/48  
1948

*P. Fortaleza* 90  
EMENDA N° 2 AO PROJETO N°

*substitui os projetos 30181.*

Acrescente-se onde couber um artigo com a seguinte redação:

"Fica o Prefeito Municipal autorizado a entrar em entendimento com as autoridades competentes afim de conseguir os serviços de um médico sanitarista do serviço federal ou estadual, sem prejuízo da função que exerce, a quem competirá, durante seis (6) meses, a organização, fiscalização e superintendencia dos postos médicos criados por esta lei".

§ Único - O médico posto à disposição da Prefeitura receberá, pelos seus serviços técnicos especializados, uma gratificação mensal, não superior a três (3) mil cruzeiros (Cr\$3.000,00).

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza, em  
16 de Julho de 1948.

*Hilário Lamego*

*Emenda nº 3*

*Art 1º - Ficam criados 6 postos no Município de Fortaleza a serem instalados dentro de trinta dias da promulgação da presente lei, obedecendo o quanto possível ao sistema estelar de modo a servir as mais densas camadas da população.*

*§ 1º - Os postos de que trata o presente artigo deverão localizar-se de maneira a abranger em seu círculo de atuação Nucuripe, Antônio Bezerra, Messejana, Parangaba, Campo de Aviação e Arraial Moura Brasil.*

*§ 2º - Os postos terão respectivamente as denominações de Bruno Valente, Eduardo Salgado, Antônio Justa, João Vale Costa, José Pestana e Mário Mamede.*

Sala da Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza, 16 de Julho de 1948

*Aprovado 27-48 M. Teles P. Cunha  
Assinatura*

(Aos projetos n°s. 30 e 31).

A Comissão de Organização Municipal examina, neste Parecer, os Projetos de lei n°s 30 e 31, ambos dispondo sobre a criação de Postos Médicos, nesta Capital.

Não ha como negar-se a excelência e oportunidade da medida preconizada nos Projetos, cujos efeitos resultarão salutares à grande massa do povo.

A Constituição de 1946, ampliada as fontes de recursos dos municípios e lhes dando maior autonomia administrativa, leva-os, por força, a uma melhor distribuição dos seus serviços, aumentando os benefícios que a população tem o direito de receber dos poderes públicos.

São evidentes as precárias condições de saúde em que vive o povo brasileiro. E a esta situação geral não poderia escapar a população de Fortaleza, constituida, em sua imensa maioria, de gente pobre.

Tal estado de coisas se deve a uma série de razões que a traços rápidos passaremos a analisar.

Somos, indiscutivelmente, um país de economia semi-colonial. Produzimos matéria prima para exportação, e a troco dessa produção recebemos manufaturas. Produzimos cereais e legumes, mas o povo não consome esses produtos. Produzimos o ferro, o alumínio e os recompromos transformados em produtos industriais. Os meios de produção de que dispomos são os mais rotineiros e anti-económicos o que torna o trabalho mais brutal e seu resultado mehoso rendoso. São as relações semi-feudais de produção agrícola. Disto resulta baixa receita pública - municipal, estadual e nacional - cujo corolário lógico é pobreza coletiva. (Nos EU.U. o cidadão americano contribue, per capita, com Cr.\$8.000,00; no Brasil com apenas Cr.\$300,00, isto é, quasi trinta vezes menos). País de povo pobre e, sem dúvida, país de povo analfabeto, sub-nutrido, doente.

As estatísticas oficiais aí estão, apesar de imperfeitas, a apontar o índice alarmante de doenças de todos os tipos que grassam no país.

As tentativas de saúde pública que temos feito fracassaram em virtude de se ter pretendido a simples transplantação de métodos sem se ter em conta as novas condições onde seriam aplicadas. Procuramos fazer medicina profilática, tal como se faz em nações de estrutura econômica superior, quando, na melhor das hipóteses, teríamos que fazer medicina curativa, não como solução social do problema, mas como o melhor paliativo.

O de que precisamos, fundamentalmente, é de alimentação, o que só se obterá com aumento da capacidade aquisitiva do povo, criando-se, assim, um mercado interno sólido, ou seja, em última análise, a própria modificação estrutural de nossa economia.

Estas ligeiras observações de ordem geral, evidenciam a conveniência de ampliar os meios de que o povo possa dispor, para tratar de seus males que são muitos e aflitivos.

Postos de assistência para aplicação de remédios, injeções, curativos e encaminhamento de doentes a serviços especializados são indispensáveis em Fortaleza.

Os serviços estaduais são defeituosos, incompletos e deficientes. O Centro de Saúde, o Departamento da Criança, longe estão de satisfazer as imensas exigências de um aglomerado humano de mais de 250.000 pessoas.

Os postos médicos que se pretende criar, são, por força, uma simples gota d'água no oceano.

Mas, será um experimento de cujos bons efeitos não se deve duvidar, sobretudo, se esses postos, através de convênios entre o Estado e o Município, entre este e a União e entre o Município e as entidades particulares ou autárquicas, vierem a promover o fichário de maior número possível de doentes.

14

(Continuação)

Os projetos teem, na sua redação, defeitos que a Comissão pretende corrigir.

Vejamos:-

No projeto nº 30 determina-se a localização dos Postos nos distritos. A medida não parece aconselhável, primeiro porque o critério certo e amplamente adotado é o estelar, de modo a que cada posto possa atender a uma zona, o mais possível equidistante das demais. Depois porque, por acaso as sedes dos Distritos de Fortaleza ficam situados praticamente no sul do Município: Mondubim, Mecejana, Parangaba e Antônio Bezerra, enquanto que toda a zona norte: Mucuripe, Volta da Jurema, Praia de Iracema, Aldeota, Prainha, Arraial Moura Brasil, Pirambu, Barra do Ceará, etc., ficaram a enérmes distâncias dos postos.

A localização dos postos exige um criterioso estudo para que fiquem acessíveis aos meios de transporte e ocupem zonas densamente povoadas.

Por outro lado o Projeto nº 31 cria medidas demasiado gerais que deixariam maior possibilidade de desvirtuamento do real objetivo a que se deseje chegar.

O projeto nº 30 propõe, para os Postos, a denominação de "Antônio Justa", "Metôn de Alencar", "Moura Brasil" e "Eduardo Salgado". Os nomes escolhidos são de grande merecimento, todos de homens que pela sua cultura, pelo seu trabalho científico muito elevaram o nome do Ceará e se projetaram para além das nossas fronteiras. No entanto, todos receberam a homenagem do reconhecimento do povo e tem seus nomes ligados a estabelecimentos de ensino, hospitais, ruas, etc. Fora de melhor justiça render homenagens a outros que, também tendo servido a coletividade, estão mais esquecidos.

A Comissão propõe, ao invés daqueles, os nomes de "Frei Bernardino", "Elvira Pinho", "Isaac Amaral" e "Mário Mamede", benemeritos, todos, pelo que fizeram em prol do povo movidos pelo espírito de fraternidade que os levou a tentar minorar os sofrimentos dos humildes, igualando perante a lei pela abolição do cativeiro, igualando perante os homens pela luta contra a doença.

Assim sendo, a Comissão propõe o ~~seguinte~~ substitutivo; anexo.

Alinjou  
Zófelys  
Crisio  
Impresso  
em 1/7/67  
S. Macêdo

Manoel Ferreira - Relator  
Gustavo Lacerda - Presidente  
J. Claudio



Of. N°.

Fortaleza,

REDAÇÃO FINAL DOS PROJETOS DE LEI NS. 30 E 31.

*Flávio Góes*

Cria seis (6) Postos Médicos e dá outras providencias.

Art. 1º - Ficam criados seis (6) Postos Médicos no Município de Fortaleza, a serem instalados dentro de 90 (noventa) dias contados da promulgação da presente lei, obedecendo, o quanto possível, o sistema estelar, de modo a servir às mais densas camadas da população.

§ 1º - Os postos de que trata o presente artigo devem rão ser localizados de maneira a abranger em seu círculo de atuação as populações de Mucuripe, Antônio Bezerra, Mesquiana, Parangaba, Campo de Aviação e Arraial Moura Brasil.

§ 2º - Os postos terão respectivamente as denominações de Bruno Valente, Eduardo Salgado, Antônio Justa, Vale Costa, José Pestana e Nário Name de.

Art. 2º - A Prefeitura Municipal de Fortaleza por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social fica autorizada a promover convenios ou outra qualquer modalidade de acordo com os atuais órgãos, oficiais e particulares, de amparo à saúde em todos os seus aspectos, afim de obter a sua cooperação destinada a realizar medicina preventiva e curativa dentro do Município de Fortaleza.

Art. 3º - A Secretaria de Saúde e Assistência Social elaborará o regulamento dos mencionados postos médicos de modo a estar em vigor na data da inauguração do primeiro posto a ser instalado, tendo em vista os seguintes pontos fundamentais:

a) - Os serviços prestados pelos postos médicos serão

*José Góes  
Flávio Góes*



Of. N°.

Fortaleza,

- II -

*P. Matos*

absolutamente gratuitos e não poderão ser recusados a quem quer que seja.

b) - Os médicos darão nos dias uteis, obrigatoriamente, um expediente de três (3) horas e atenderão na ordem de chegada, salvo os casos que a seu critério sejam julgados de urgência.

Art. 4º - O Prefeito Municipal atribuirá a um médico sanitarista dos serviços federal, estadual ou municipal o encargo de, em colaboração com a Secretaria de Saúde e Assistência Social, instalar, organizar e superintender os postos médicos durante seis (6) meses, mediante pagamento mensal, a título de serviço técnico nunca superior a três mil cruzeiros ( Cr\$3.000,00).

Art. 5º - Ficam criados no Quadro Único do Pessoal Fixo Municipal seis (6) lugares de Médico, Padrão "Q" e seis (6) lugares de Enfermeiro, referência "F".

§ Único - O Prefeito Municipal, por intermédio da Secretaria de Saúde e Assistência Social, lotará nos Postos Médicos o pessoal extranumerário julgado indispensável.

Art. 6º - As despesas decorrentes da criação dos cargos previstos no Artigo anterior correrão por conta do Título V-4-Saúde Pública - 8.43.0 - Pessoal Fixo, a qual será oportunamente suplementada.

Art. 7º - As despesas com instalação dos postos médicos de que trata esta lei correrão por conta do crédito especial de Cr\$ 160.000,00 aberto pela lei nº 11 de 30 de abril de 1948.

Art. 8º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



# Câmara Municipal de Fortaleza

Of. N°.

Fortaleza,

- III -

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza,  
em 21 de agosto de 1948.

Americo Panerai

José Freio Cavalcante

Izaac Mairi



# Câmara Municipal de Fortaleza 9

A -

*R. Soárez*

Of. N°.

Fortaleza,

REDAÇÃO FINAL DOS PROJETOS DE LEI NS. 30 E 31.

cria seis (6) Postos Médicos e dá outras providências.

Art. 1º - Ficam criados seis (6) Postos Médicos no Município de Fortaleza, a serem instalados dentro de 90 (noventa) dias contados da promulgação da presente lei, obedecendo, o quanto possível, o sistema estatal, de modo a servir às mais densas camadas da população.

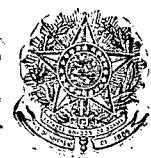
§ 1º - Os postos de que trata o presente artigo devem ser localizados de maneira a abrangerem em seu círculo de atuação as populações de Incurá, Antônio Bezerra, Mesquita, Parangaba, Córrego de Ávila, o Arredal Moura Brasil.

§ 2º - Os postos terão respectivamente as denominações de Bruno Valente, Eduardo Salgado, Antônio Justa, Vale Costa, José Peixoto e Mário Henrique.

Art. 2º - A Prefeitura Municipal de Fortaleza por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social fica autorizada a promover convenções ou outra qualquer modalidade de acordo com os atuais órgãos, oficiais e particulares, de amparo à saúde em todos os seus aspectos, afim de obter a sua cooperação destinada a realizar medicina preventiva e curativa dentro do Município de Fortaleza.

Art. 3º - A Secretaria de Saúde e Assistência Social elaborará o regulamento dos mencionados modo a entrar em vigor na data da inauguração do posto a ser instalado, tendo em vista os seguintes pontos fundamentais:

a) - Os serviços prestados pelos postos médicos serão



# Câmara Municipal de Fortaleza 10

Of. N°.

Fortaleza,

- II -

*P. B. Góes*

absolutamente gratuitos e não poderão ser recusados a quem quer que seja.

b) - Os médicos darão nos dias úteis, obrigatoriamente, um expediente de três (3) horas o atendimento na ordem da chegada, salvo os casos que a seu critério sejam julgados de urgência.

Art. 4º - O Prefeito Municipal atribuirá a um médico sanitário dos serviços federal, estadual ou municipal o encargo de, em colaboração com a Secretaria de Saúde e Assistência Social, instalar, organizar e superintender os postos médicos durante seis (6) meses, mediante pagamento mensal, a título de serviço técnico menor superior a trés mil cruzeiros ( Cr\$5.000,00).

Art. 5º - Ficam criados no Quadro Único do Pessoal Fixo Municipal seis (6) lugares de Médico, Padre "Q" e seis (6) lugares de Enfermeiro, referência "F".

§ Único - O Prefeito Municipal, por intermédio da Secretaria de Saúde e Assistência Social, lotará nos Postos Médicos o pessoal extramunerário julgado indispensável.

Art. 6º - As despesas decorrentes da criação das casas previstas no Artigo anterior correrão por conta do Título V-4-Saúde Pública - 8.43.0 - Pessoal Fixo, a qual será oportunamente suplementada.

Art. 7º - As despesas com instalação dos postos médicos de que trata esta lei correrão por conta de crédito especial de Cr\$ 160.000,00 aberto pela lei nº 11 de 30 de abril de 1948.

Art. 8º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



# Câmara Municipal de Fortaleza

Of. N°.

Fortaleza,

*P. J. Góes*

- III -

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza,  
em 21 de agosto de 1948.

---

---

---



# Câmara Municipal de Fortaleza

1960  
M. D. 1960

Of. N°.

Fortaleza,

REDAÇÃO FINAL DOS PROJETOS DE LEI NS. 30 E 31.

Cria seis (6) Postos Médicos e dá outras providencias:

Art. 1º - Ficam criados seis (6) Postos Médicos no Município de Fortaleza, a serem instalados dentro de 90 (noventa) dias contados da promulgação da presente lei, obedecendo, o quanto possível, o sistema estelar, de modo a servir às mais densas camadas da população.

§ 1º - Os postos de que trata o presente artigo devem ser localizados de maneira a abranger em seu círculo de atuação as populações de Hucuripe, Antônio Bezerra, Messejana, Parangaba, Campo de Aviação e Arraial Moura Brasil.

§ 2º - Os postos terão respectivamente as denominações de Bruno Valente, Eduardo Salgado, Antônio Justa, Vale Costa, José Pestana e Mário Nemedo.

Art. 2º - A Prefeitura Municipal de Fortaleza por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social fica autorizada a promover convenios ou outra qualquer modalidade de acordo com os atuais órgãos, oficiais e particulares, de amparo à saúde em todos os seus aspectos, afim de obter a sua cooperação destinada a realizar medicina preventiva e curativa dentro do Município de Fortaleza.

Art. 3º - A Secretaria de Saúde e Assistência Social elaborará o regulamento dos mencionados postos médicos de modo a estar em vigor na data da inauguração do primeiro posto a ser instalado, tendo em vista os seguintes pontos fundamentais:

a) - Os serviços prestados pelos postos médicos serão



# Câmara Municipal de Fortaleza

Of. Nº.

Fortaleza,

- II -

*P. J. P. / 1948*

7

absolutamente gratuitos e não poderão ser recusados a quem quer que seja.

b) - Os médicos darão nos dias uteis, obrigatoriamente, um expediente de três (3) horas e atenderão na ordem de chegada, salvo os casos que a seu critério sejam julgados de urgência.

Art. 4º - O Prefeito Municipal atribuirá a um médico sanitário dos serviços federal, estadual ou municipal o encargo de, em colaboração com a Secretaria de Saúde e Assistência Social, instalar, organizar e superintender os postos médicos durante seis (6) meses, mediante pagamento mensal, a título de serviço técnico nunca superior a três mil cruzeiros ( Cr\$3.000,00).

Art. 5º - Ficam criados no Quadro Único do Pessoal Fixo Municipal seis (6) lugares de Médico, Padrão "Q" e seis (6) lugares de Enfermeiro, referência "F".

§ Único - O Prefeito Municipal, por intermédio da Secretaria de Saúde e Assistência Social, lotará nos Postos Médicos o pessoal extranumerário julgado indispensável.

Art. 6º - As despesas decorrentes da criação dos cargos previstos no Artigo anterior correrão por conta do Título V-4-Saúde Pública - 8.43.0 - Pessoal Fixo, a qual será oportunamente suplementada.

Art. 7º - As despesas com instalação dos postos médicos de que trata esta lei correrão por conta do crédito especial de Cr\$ 160.000,00 aberto pela lei nº 11 de 30 de abril de 1948.

Art. 8º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



# Câmara Municipal de Fortaleza

Of. Nº

Fortaleza,

*Presidente*

- III -

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza,  
em 21 de agosto de 1948.

---

---

---

Lob-

Emenda n.º 1 à emenda nº 26  
Art...

~~S. Unico~~ Poderá, para organização, instalação, funcionamento e superintendência dos mencionados postos, ~~poderá~~ o Prefeito Municipal autorizado a contratar um técnico federal, estadual ou municipal, por seis meses, ~~com pagamento~~, não superior a Cr\$3.000,00.

Aprovaos  
21/7/48 M. Gómez  
Presidente

Fortaleza, 21 de Julho de 1948

José Jneir Cavalcante



Câmara Municipal de Fortaleza

Of. N°.

Fortaleza, II

*Fábio Bezerra*

SUB-EMENDA N°. I... À EMENDA N° . 2 DO VEREADOR ALISIO MAMEDE

Nº § único ao invés de "UMA GRATIFICAÇÃO MENSAL, NÃO SUPERIOR A TRÊS (3) MIL CRUZEIROS (CR\$ 3.000,00),

D I G A - S E

"UMA GRATIFICAÇÃO CORRESPONDENTE AO CARGO DE INSPECTOR, PADRÃO "S"

AA)- *Assunto: Pauta de discussão  
Festas de Carnaval  
que visam a diversão*

*Gerson Nunes Freire  
Pedro Bezerra  
Nilo Dantas Mendes de Almeida  
Edmundo Costa  
Jedson da Costa  
Adilson Melo*

*Outros:*

- ✓ Maria das Graças
- ✓ Alcino Mamede
- ✓ Américo Barreira
- ✓ Dr. Diogo
- ✓ Exposito
- ✓ Dr. Glauco

*24*

EMENDA N° 1 ACS PROJETOS DA LEI N°. 30 e 31

ART. 1º - Ficam criados seis (6) postos de assistência médica municipal de Fortaleza, os quais terão as seguintes localizações e denominações:

Messejana	- Posto Antônio Justa;
Parangaba	- João do Vale Costa;
Antônio Bezerra	- Eduardo Salgado;
Braga Torres	- Meton de Alencar;
Mucuripe	- Mário Mamede;
Campo de aviação	- (Alto da Balança) José Pestane.

ART. 2º - Ficam criados no quadro único do funcionalismo da Prefeitura Municipal seis (6) lugares de Médico - padrão C e seis (6) de enfermeiro padrão F.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza, em 7 de Julho de 1948.

Ass) Mário de Assis Batista

Vereador

SUB-EMENDA N° 1

(A emenda nº 1)

Onde se lê: "Braga Torres - Meton de Alencar", diga-se:  
"MARIO MAMEDE".

Onde se lê "Mário Mamede, em Mucuripe", diga-se:  
"BRUNO VALENTE".

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza, em 8 de Julho de 1948.

Ass) José Batista Barbosa

Vereador.

A.S.R.

*Alfonso  
15/7/48 J.B. Barbosa*



# Câmara Municipal de Fortaleza

Of. N°.

Fortaleza,

*22/07/1948*

Sub-escrivado no f. à escriva n° 4 Oo  
Vereador Alílio Manoel

Ocorre - se o ss. mico

Oo at. 2º

Sala das Leis, em 21 de  
Julho de 1948

ao Joaquim Vello Soárez

José Renizalffy Alves  
Espectro Costa

Antenor Junes Freire

Gustavo Braga

Sebastião Gonçalves

François Lins Góes  
Sociedade da Ilheira

Escriv. 1  
Dec. 3

Devo prestar em vistoso: os  
retratos dos anfípteros mencionados, pelos res-  
pectivos vereadores Alílio Manoel  
Jairi Britto e  
Sebastião Gonçalves

*P. R. de Fortaleza*

EMENDA N° 4

Art. 2º - A Prefeitura Municipal fica autorizada a promover convenios ou outra qualquer modalidade de acôrdo com os atuais orgãos oficiais e particulares de amparo á Saúde em seus varios aspectos, afim de dar unidade as atividades de todas as instituições destinadas a realizar medicina preventiva e curativa dentro do município de Fortaleza.

*Pelada  
Câmara Municipal*

~~§ Único - Para objetivar o presente artigo fica autorizada a secretaria de Saúde e Assistencia Social da Prefeitura Municipal, promover a criação de um Conselho de Saúde e Assistência Social, democraticamente constituído com a finalidade de superintender e orientar a atuação dos orgãos acima referidos.~~

Art. 3º - A Secretaria de ~~Ministra~~ Saúde e Assistência Social elaborará o regulamento dos mencionados postos médicos de modo a estar pronto na data de sua inauguração tendo em vista os seguintes pontos fundamentais:

- a) Os serviços prestados pelos postos medicos serão absolutamente gratuitos;
- b) Os medicos darão nos dias uteis, obrigatoriamente, um expediente de 3 horas ~~diárias~~ e atenderão na ordem de chegada, salvo os casos que a seu criterio sejam julgados de urgência.

*Alterar-se os artigos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º, para - 4º, 5º, 6º, 7º e 8º.*

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza, em 19 de Julho de 1948.

*Flávio Lampreia*



# Câmara Municipal de Fortaleza

16

Of. N°

Fortaleza,

Handwritten signature of the President of the Chamber, likely Joaquim José de Oliveira.

art. lug.- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões da Câmara Municipal, em Fortaleza,  
a 1948

a)

Handwritten signature of the President of the Chamber, likely Joaquim José de Oliveira.

Handwritten signature of the Secretary, likely J. M. P. G.

Handwritten signature of the Secretary, likely J. M. P. G.



# Câmara Municipal de Fortaleza

F. R. S. / 1948

Of. N°.

Fortaleza,

LEI N° 44 DE 15 DE setembro DE 1948.

Cria seis (6) Postos Médicos e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art.1º - Ficam criados seis (6) Postos Médicos no Município de Fortaleza, a serem instalados dentro de noventa (90) dias contados da promulgação da presente lei, obedecendo, o quanto possível, o sistema estelar, de modo a servir às mais densas camadas da população.

§ 1º - Os postos de que trata o presente artigo deverão ser localizados de maneira a abranger em seu círculo de atuação as populações de Mucuripe, Antônio Bezerra, Messejana, Parangaba, Campo de Aviação e Arraial Moura Brasil.

§ 2º - Os postos terão respectivamente as denominações de Bruno Valente, Eduardo Salgado, Antônio Justa, Vale Costa, José Pestana e Mário Mamede.

Art.2º - A Prefeitura Municipal de Fortaleza, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, fica autorizada a promover convênios ou outra qualquer modalidade de acordo com os atuais órgãos, oficiais e particulares, de amparo à saúde em todos os seus aspectos, afim de obter a sua cooperação destinada a realizar medicina preventiva e curativa dentro do Município de Fortaleza.

Art.3º - A Secretaria de Saúde e Assistência Social elaborará o regulamento dos mencionados postos médicos de modo a estar em vigor na data da inauguração do primeiro posto a ser instalado, tendo em vista os seguintes pontos fundamentais:

a) - Os serviços prestados pelos postos médicos serão absolutamente gratuitos e não poderão ser recusados a quem quer que seja.

b) - Os médicos darão nos dias úteis, obrigatoriamente, um



# Câmara Municipal de Fortaleza

Of. N°.

Fortaleza,

- 2 -

expediente de três (3) horas e atenderão na ordem de chegada, salvo os casos que a seu critério sejam julgados de urgência.

Art.4º - O Prefeito Municipal atribuirá a um médico sanitário dos serviços federal, estadual ou municipal o encargo de, em colaboração com a Secretaria de Saúde e Assistência Social instalar, organizar e superintender os postos médicos durante seis (6) meses, mediante pagamento mensal, a título de serviço técnico nunca superior a três mil cruzeiros (Cr.\$3.000,00).

Art.5º - Ficam criados no Quadro Único do Pessoal Fixo Municipal seis (6) lugares de Médico, Padrão "Q" e seis (6) lugares de Enfermeiro, referência "F".

§ Único- O Prefeito Municipal, por intermédio da Secretaria de Saúde e Assistência Social, lotará nos Postos Médicos o pessoal extra-numerário julgado indispensável.

Art.6º - As despesas decorrentes da criação dos cargos previstos no artigo anterior correrão por conta do Título V - 4. Saúde Pública -8.43.0-Pessoal Fixo, a qual será oportunamente suplementada.

Art.7º - As despesas com instalação dos postos médicos de que trata esta lei correrão por conta do crédito especial de Cr.\$160.000,00 aberto pela lei nº 11, de 30 de abril de 1948.

Art.8º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM DE  
DE 1948.